

-----A C T A-----

-----Acta da reunião ordinária de 20 de Fevereiro de 2006-----

-----Aos vinte dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - Foram aprovadas por unanimidade as actas das reuniões de trinta de Janeiro e seis de Fevereiro de dois mil e seis, esta última com alterações, cuja leitura o executivo deliberou dispensar em virtude de terem sido previamente distribuídas por todos os membros.-----

-----Às quinze horas e seis minutos entrou a Sr<sup>a</sup> Vereadora Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de Falua - Sociedade de Vinhos, SA solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na compra que vai fazer a Cortes d'Almeirim - Imobiliária e Investimentos, Ld<sup>a</sup> do direito de superfície sobre o lote número quarenta e quatro da Zona Industrial de Almeirim.-----

----Tem informação da chefe de Repartição de que o lote foi vendido em vinte e dois de Outubro de mil novecentos e noventa e dois, ao abrigo do Regulamento então em vigor, pelo qual é conferido à autarquia o direito de preferência, sem que essa norma previsse o pagamento de qualquer compensação, que só veio a ser criada por deliberação de quinze de Novembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, não usar o direito de preferência na transmissão. Absteve-se a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha porque a informação e o requerimento não lhe foram presentes por escrito, com a Ordem de Trabalhos.-----

-----Presente ainda o requerimento de José António Rodrigues Cláudio solicitando certidão do eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer do pavilhão construído no lote número setenta da Zona de Actividades Económicas.-----

-----Tem informação da chefe de Repartição no sentido de que o requerente adquiriu o direito plano do lote por escritura de vinte e seis de Abril de dois mil e um e na vigência do actual Regulamento, o qual prevê o pagamento de uma compensação, nos termos do número quatro do Artigo cinquenta e quatro, que no caso presente é de vinte e um mil quatrocentos e cinco euros e seis cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a transmissão mediante o pagamento da referida quantia. Absteve-se a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha pelas razões invocadas na deliberação anterior e porque o citado requerimento já tinha vindo a reunião de Câmara e tinha sido retirado, por falta da informação, pelo que o assunto devia ser posto à Vereação por escrito.-----

-----

#### -----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-

-----Jardins de Infância de Benfica e Foros, duzentos e trinta e seis euros e noventa e seis cêntimos; Jardins de Infância de Marianos e Paço dos Negros, sessenta e oito euros e dezoito

cêntimos; Escola do Moinho de Vento, duzentos e oitenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos; Escolas do Moinho de Vento e Cortiçóis, trezentos e trinta e quatro euros e quinze cêntimos; Escolas do Moinho de Vento, Benfica do Ribatejo e Cortiçóis, duzentos e onze euros e setenta e três cêntimos; Escolas de Fazendas de Almeirim, cento e vinte e três euros e quarenta e sete cêntimos; Escolas de Fazendas de Almeirim e Paço dos Negros, noventa e nove euros e oitenta e cinco cêntimos; Escola Secundária de Almeirim, cento e vinte e sete euros e dois cêntimos; Centro de Estudos Palmo e Meio, sessenta e oito euros e dezoito cêntimos; Universidade Sénior de Almeirim, duzentos e vinte e seis euros e vinte e dois cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim, duzentos e vinte e oito euros e oitenta e seis cêntimos; Lar de S. José, duzentos e dezasseis euros e noventa e oito cêntimos; Confraria Gastronómica de Almeirim, duzentos e noventa e um euros e trinta e nove cêntimos; Orfeão de Almeirim, trezentos e setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos; Banda Marcial de Almeirim, trinta e dois euros e noventa e três cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim, setecentos e trinta e quatro euros e setenta e três cêntimos; ALDESP, EM, trezentos e cinquenta e seis euros e setenta e dois cêntimos; Associação Desportiva Fazendense, cento e cinquenta e três euros e treze cêntimos; e Município de Almeirim, pelo transporte de reclusos de Alcoentre ao serviço da Câmara, três mil trezentos e quinze euros e oito cêntimos.-----

-----PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, que acompanha cópia da declaração de uma sua deputada na Assembleia da República, sobre a actividade sísmica em Portugal.-----

-----PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que acompanha cópias dos requerimentos ao Governo apresentados na Assembleia da República pela sua deputada do

distrito, respeitantes às condições de saúde existentes no Distrito de Santarém e à segurança dos cidadãos no Distrito de Santarém.-----

-----DESPORTO - Foi presente o ofício da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo que devolve a factura da casa Militão Veloso, de mil cento e trinta e quatro euros, respeitante à vedação do campo de futebol do Sport Lisboa e Benfica do Ribatejo, atendendo a que o clube se encontra inactivo e a factura foi endossada à Câmara.-----

-----Atendendo a que se trata de uma estrutura instalada num clube do Concelho e para evitar uma acção judicial, a Câmara deliberou pagar.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, para um espectáculo de solidariedade a favor de um jovem atleta doente, setecentos euros e apoio logístico e Grupo de Escuteiros de Fazendas de Almeirim, para o encontro de agrupamentos, seiscentos e setenta e cinco euros.-----

-----Foi presente ainda a carta da Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim solicitando o adiantamento de trinta e três mil trezentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos, correspondente à antecipação de cinco meses de transferências, verba de que necessitam para honrar compromissos imediatos.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido, atendendo a que é do seu conhecimento que se destina a regularizar a situação perante a Segurança Social, devendo o adiantamento ser pago em duas tranches.-----

-----ALDESP, EM - O Sr. Vice-Presidente referiu que, por força do Artigo duzentos e setenta e seis do Código das Sociedades, na redacção dada pelo Decreto-Lei número trezentos e quarenta e

três de noventa e oito, de seis de Novembro e que é norma subsidiária, foi deliberado pela ALDESP, Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos, EM, aumentar o seu capital para cinquenta mil euros.-----

-----Porém, na recente alteração de Estatutos e red denominação da empresa para ALDESC - Empresa Pública Municipal de Gestão de Espaços e Equipamentos Desportivos e Culturais, EM, constava dos novos Estatutos o capital de vinte e cinco mil euros.-----

-----Dado que se pretende num só acto notarial regularizar toda a situação da empresa municipal, necessário se torna que a Câmara delibere o aumento de capital para cinquenta mil euros, o que propõe. E porque os novos Estatutos, aprovados pela Assembleia Municipal, determinam um capital de vinte e cinco mil euros, vai ser pedida àquele órgão deliberativo autorização para alterar o Artigo vinte, no que toca à dotação do capital em cinquenta mil euros de capital.-----

-----O executivo deliberou aprovar a proposta, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha fez voto de vencido e declarou que vota contra pelas razões já anteriormente afirmadas de que votará sempre contra tudo o que diga respeito ao financiamento da empresa, enquanto as contas não forem apresentadas à Câmara e não forem esclarecidas certas situações que até hoje não o foram.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos ponderou se este aumento de capital será suficiente e se daqui a alguns meses não terá de ser aumentado outra vez. E justificou o seu voto contra por uma questão de princípio, por já ter anteriormente votado contra a alteração de Estatutos, sem que esteja contra a ALDESP e apesar do que decorre da lei, por não ter sido previamente apresentado o estudo da viabilidade económico-financeira da empresa.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que o estudo económico indica que o mencionado capital é suficiente e para a gestão futura vai ser assinado um contrato-programa especificando direitos e

obrigações das partes, com respeito pelos princípios da transparência e da legalidade, de que dará conhecimento. Optou-se pelo processo de alteração de Estatutos e aumento de capital imediato, por ser o que confere uma operacionalidade mais rápida a um início de trabalho desta administração, baseado na eficiência e transparência de actuações.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----OBRAS PARTICULARES - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha apresentou a sua proposta, cujo agendamento solicitou, relativa ao teor da informação prestada ao executivo sobre os despachos de deferimento de obras particulares, proferidos ao abrigo da delegação de competências, do seguinte teor:-----

-----"Considerando que a forma como a informação relativa aos despachos de deferimento de obras particulares, proferidos em sede projecto de arquitectura e em sede de projectos globais, ao abrigo da delegação de competências, trazida à reunião do Executivo, não cumpre cabalmente com a sua função informativa. A leitura dos dados escritos (muitas das vezes manuscritos), apresentados numa folha que é feita circular pela reunião enquanto esta decorre, não permite aos membros do Executivo de tomar pleno conhecimento dos projectos que foram despachados pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da delegação de competências.-----

-----Proponho que:-----

-----1-A informação contenha os seguintes dados: nome do requerente, número do projecto, tipologia da construção, freguesia e rua na qual se pretende construir.-----

-----2-Que esta informação seja fotocopiada e distribuída aos membros do Executivo."-----

-----A proponente salientou que a forma como é prestada a informação dos processos de obras deferidos ao abrigo da delegação de competências, numa folha que corre todos os Vereadores, contendo apenas o número de processo e requerente, não permite o acompanhamento pelos restantes membros do

executivo, do uso da competência delegada.-----

-----O Sr. Presidente declarou que a informação que os serviços remetem há vários anos da mesma forma, indica o essencial para identificação do processo, sem que até hoje fosse considerada insuficiente. No entanto, como o Município precisa reforçar os seus serviços de fiscalização, aceita perfeitamente a proposta que é apresentada.-----

-----Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Ausentou-se o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----PAÇO REAL DE PAÇO DOS NEGROS - O Sr. Presidente deu a palavra à Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha para apresentar as suas considerações, relativamente ao seu pedido formulado para introdução na Ordem de Trabalhos desta reunião deste assunto, que, de acordo com a sua carta de sete de Fevereiro, visa 'desencadear o processo de classificação do conjunto do Paço Real dos Negros, incluindo uma azenha e terrenos confinantes como de interesse municipal' e, de acordo com a sua carta de treze de Fevereiro, é uma 'proposta de classificação de interesse municipal...' do mesmo conjunto.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que lamenta não terem sido informados os Vereadores do inicial interesse do IPPAR na classificação do conjunto e da sua posterior alteração de posição e lamenta mais porque Os Verdes apresentaram propostas para dotação de verbas no PIDDAC e a falta de conhecimento do desinteresse do IPPAR não permitiu ao Partido lutar pela atribuição de verbas para o efeito. Questionou ainda como o Sr. Presidente fez declarações a um jornal revelando um conhecimento que o resto do executivo não tinha. Disse também que soube na passada reunião de Câmara que foram doados terrenos no local ao Município, doação que não foi presente ao executivo, que, por força de lei, tem de saber e autorizar a aceitação, dado que não é uma competência delegada.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que está há dezasseis anos em funções e nunca ninguém lhe invocou, Vereadores, técnicos, historiadores e investigadores, referindo-se àquele conjunto, em

limites para além dos já definidos, junto ao Pórtico de Paço dos Negros. Foi sempre intenção da Câmara a definição do conjunto dentro do perímetro já definido, porque nenhuma informação adicional lhe foi transmitida. O facto de, agora, alguém alegar ter doado terreno anexo ao Pórtico, surpreendeu-o - não tem conhecimento de doação de terrenos e julga que só houve uma disponibilidade de um particular, para o efeito. A manter-se a disposição, vamos tentar dar andamento ao processo. A classificação que o IPPAR se propunha não especificava a área do conjunto de Paço dos Negros; por outro lado o PDM apresenta, em planta própria, uma mancha designada de reserva arqueológica e estão contidas no mesmo instrumento urbanístico algumas normas generalistas, de especificação futura. Disse ainda que, se o executivo se propuser a classificação do interesse municipal, precisa de esclarecimentos mais pormenorizados, em sede de pareceres técnico-jurídicos, que forneçam a visão antecipada de todo o projecto. E, para que não haja precipitação quanto à classificação, vai pedir pareceres que forneçam à Câmara todos os elementos que deva conhecer antes de encetar um processo.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que a Carta Arqueológica do PDM foi aprovada também pelo Sr. Presidente e a definição do interesse arqueológico não tem nada a ver com o Pórtico. Há na Carta um conjunto doutros locais do Concelho que poderão ser de interesse e, neste caso, o local é de interesse arqueológico em função do subsolo. A conservação do Pórtico, da Capela e estudo da área envolvente têm um enquadramento próprio, de conservação dos vestígios visíveis. A definição do interesse arqueológico pode ser dirigida a outros elementos, nomeadamente no subsolo, onde poderão existir vestígios de interesse histórico. Só pelo facto da Carta Arqueológica delimitar aquela área, não podem ser feitos movimentos de terra no local até que o provável interesse histórico seja desmentido por provas e a Câmara não pode autorizar movimentos de terras sem autorização do IPPAR. O relatório desta entidade vem reforçar este entendimento. Sem questionar o direito de construir dos particulares, o interesse arqueológico limita a construção até o



interesse ser afastado por pesquisas arqueológicas.-----

-----O Sr. Presidente mencionou os seus contactos com o IPPAR no sentido de ser conferida a classificação do conjunto, mas este Instituto, porque tem património mais importante a defender e face à falta de recursos, aconselhou a classificação municipal com vista a que a responsabilidade financeira dos trabalhos recaia sobre a autarquia. E, frisando não ter formação que lhe permita uma avaliação correcta da situação, considerou que a localidade de Paço dos Negros e aquele conjunto histórico, mereciam a coexistência de intervenções públicas e privadas para valorizar o espaço. Há que definir o tipo de construções a autorizar no local e se elas serão oportunas, atendendo a que a humanização do espaço pode constituir uma mais-valia à conservação do património histórico. No ano passado, solicitou a avaliação do local por técnicos do IPPAR, que foram de opinião de que não devem ser retiradas as pessoas que vivem em construções junto ao Pórtico, cujo processo a Câmara já tinha iniciado, alegando que as mesmas potenciam o enquadramento humano duma ocupação continuada, importante para a sua valorização. Independentemente da investigação vocacionada a encontrar vestígios de outras épocas, de que só agora veio a ter conhecimento da provável existência, considera essencial que o executivo não se precipite na declaração de interesse municipal sem dispor de elementos de avaliação que permitam um conhecimento prévio de aspectos ainda não esclarecidos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse estranhar a posição do Sr. Presidente de não ver a mais-valia da classificação municipal, quando o próprio Presidente tomou a iniciativa de pedir ao IPPAR a classificação nacional do conjunto de Paço dos Negros. Há uma incoerência total de posições do IPPAR que, no processo apresentado em mil novecentos e noventa e nove manifesta o seu interesse na classificação e depois anula esse interesse.-----

-----O Sr. Presidente referiu que o pedido ao IPPAR assentou em dois objectos fundamentais: O acompanhamento técnico do Instituto, entidade especializada e acima de qualquer suspeita e

o apoio financeiro para implementar os projectos técnicos necessários. Com a alteração de posição, todos os custos com pessoal técnico e execução de trabalhos, passam a ser da responsabilidade da Câmara.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o IPPAR remeteu o assunto à Câmara mas o nível de classificação tem a ver com os níveis de valor dos vestígios. Se o Estado não quer ajudar à conservação do património em Almeirim, muito pior será se Almeirim e quem detém a responsabilidade pela preservação do património, não assumirem as suas responsabilidades. A classificação de interesse municipal não inviabiliza as ajudas nacionais. E perguntou qual o interesse que se pretende avaliar, porque não faz sentido a Câmara comprar terrenos no local, se não classificar primeiro. A mesma autarca referiu que houve transacção de terrenos classificados, nomeadamente um particular que adquiriu um terreno no local e estranha o altruísmo do empreiteiro na aquisição, quando, na época, a informação que os proprietários tinham era do interesse nacional por classificação do IPPAR e havia a carta arqueológica do PDM que impedia a construção.-----

-----O Sr. Presidente disse que a sua proposta é de não aprovar de imediato a proposta apresentada e só declarar o interesse municipal quando a Câmara possuir elementos que provem que a classificação trará mais vantagens para a salvaguarda daquele espólio do que a simples premissa de poderem vir a ser encontrados vestígios de valor.-----

-----O Sr. Presidente ausentou-se às dezasseis horas e doze minutos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha salientou que está a propor a classificação de coisas visíveis, acima do solo e propõe que seja apresentada queixa ao Instituto Português de Arqueologia por intervenção naquele terreno, por ser feito um aterro não autorizado e que a Câmara tome uma atitude enquanto entidade fiscalizadora, contra quem se assumiu como autor, já que o Sr.

Vice-Presidente informou não ter existido pedido de licenciamento e a Câmara não podia conceder licença para o movimento de terras.-----

-----O Sr. Vice-Presidente perguntou à proponente se, sendo seu entendimento que qualquer intervenção no local passará pela avaliação técnica acompanhada pelo IPA, o que vem acrescer a classificação municipal nesta altura, em que o processo de movimento de terras pode ser objecto de julgamento pelo Tribunal.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora respondeu que, para qualquer processo de obras no local a Câmara tem de se pronunciar, a competência neste caso não é delegável porque a zona goza de um regime de excepção no PDM e tem de consultar o IPA, sendo obrigação do proprietário fazer as necessárias escavações no local, fiscalizadas pelo IPA e pagas por ele. E os movimentos de terra para aterro foram feitos sem que se cumprissem estas normas. E propõe a classificação pelos dois elementos de património edificado e da área envolvente, que já deviam estar classificados. A Câmara tem de definir o interesse, justificar, argumentar, definir a área e porquê e por isso vamos accionar o processo de classificação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que estamos a falar de coisas diferentes, com esses princípios todos estamos de acordo. O que constata é que esta proposta não está estruturada para ser aprovada, por falta de fundamentação.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que o IPPAR propõe que não seja classificada apenas uma parte, mas também a área de protecção, o que condicionará comportamentos, com vista a um eventual interesse arqueológico. O que importa é que a Câmara desencadeie o processo de classificação, porque a partir desse momento sai reforçada a proibição de construção no terreno.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que, das suas pesquisas, não encontrou uma única Câmara no país que tivesse declarado o interesse municipal, em situação semelhante.-----

-----O Sr. Vice-Presidente esclareceu que se reconhece o interesse na classificação do Pórtico, devendo ser definida a

delimitação da área a que se refere a mancha da Carta Arqueológica e a envolvente. Devemos saber o que vamos delimitar, analisar os vestígios, delimitar direitos dos particulares e desencadear o processo com vista à classificação. No caso do terreno objecto de aterro, o vendedor não deu ao Município o direito de preferência e devia tê-lo feito e, por seu lado, o comprador fez um aterro durante uma semana, praticando actos que careciam de licenciamento.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha repetiu que o comprador não podia executar o aterro, independentemente de só existir a Carta Arqueológica, a Câmara não podia conceder licença para o aterro sem as pesquisas necessárias. Uma questão é o que ele fez e irá saber se a Câmara actuou perante uma ilegalidade e fez cumprir a lei. Se a Câmara não cumpriu a lei vai apresentar queixa. Em segundo lugar, a Carta Arqueológica proíbe o licenciamento de obras e possivelmente seria oportuno um Plano de Pormenor para a zona. O que propõe é classificar o que é visível, a fim de definir a mancha e só se a Câmara deliberar o assunto tem andamento, se não, nunca começa. Foi assim que os prédios do centro da cidade vieram abaixo, se fossem classificados nunca teriam sido demolidos. Intenções não preservam, só a declaração de interesse municipal.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, na continuação da sua intervenção anterior, e em termos de direitos adquiridos, disse que, se não entrou nenhum processo de licenciamento nos serviços, uma declaração de interesse municipal proferida agora não vai frustrar expectativas do proprietário, que conhece a sensibilidade da zona. Neste momento o executivo não está habilitado a classificar, mas apenas a iniciar o processo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente, dirigindo-se à Vereadora proponente, disse que a sua proposta de classificação imediata não respeita as obrigações processuais prévias ao acto pretendido.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que reformula a sua proposta e para accionar o processo de classificação tem de ser definida a mancha.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos alvitrou que a

situação poderá ser vista pela Comissão mista do PDM.-----

-----A Sr<sup>a</sup>. Vereadora Manuela Cunha respondeu que a revisão do PDM pode retirar a zona da Carta Arqueológica.-----

-----O Sr. Vice-Presidente ponderou que a proposta da Sr<sup>a</sup> Vereadora evoluiu muito.-----

-----A autarca reiterou que propõe accionar o processo de classificação e acrescentou que 'a vossa má-vontade sobre essa matéria tem interpretação política. É muito grave o que se passou na última reunião de Câmara e dois dias depois vem o Sr. Presidente contradizê-lo e tirar-lhe o tapete'.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre interveio para lembrar que o Sr. Presidente afirmou que não falou com nenhum jornalista.---

-----A Sr<sup>a</sup>. Vereadora Manuela Cunha afirmou que o que a Câmara lá fez em vésperas de eleições foi enganar as populações. Há má fé na actuação e julgava que o Sr. (Vice-Presidente) fosse um bocadinho diferente.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que não pode concordar com a proposta de classificação de interesse municipal imediato, sem um processo prévio que confira fundamento ao acto e a proposta da Sr<sup>a</sup> Vereadora constante da ordem de trabalhos desta reunião é de 'classificação de interesse municipal'.-----

-----A autarca disse que vai fazer declaração de voto e fazer a interpretação política desta actuação, porque previamente tinha endereçado um fax solicitando o agendamento para esta reunião do processo para a Câmara desencadear o processo de classificação e que caberá ao Vereador do Pelouro dar andamento à deliberação.--

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que a proposta da Sr<sup>a</sup> Vereadora pode ser interpretada no sentido da Câmara despoletar um procedimento administrativo, envidando esforços com vista à definição do processo prévio à classificação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a Ordem de Trabalhos da presente reunião, baseada na proposta da autarca, respeita à classificação imediata, e foi tão só nesta perspectiva que foi analisada.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que mantém a sua proposta, se não isto vai para a IGAT e acrescentou, dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, que foi extremamente condescendente com ele, achou que já tinha elementos suficientes para abordar o processo, fez uma proposta no dia seguinte de um assunto que já estava agendado. O que tem de votar agora é o conteúdo da proposta, de encetar um processo que já devia existir, para precaver o futuro e zelar pelo passado. Cabe aos Vereadores a tempo inteiro ver como se executa e trazer aqui a proposta. Está à votação a sua proposta com data de sete de Fevereiro 'para a Câmara desencadear o processo de classificação do Conjunto do Paço Real dos Negros, incluindo uma azenha e terrenos confinantes como de interesse municipal'. E acrescentou, 'ponha a minha proposta à votação'.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu à autarca que, depois de no decurso do debate o ter acusado várias vezes de má-fé, dá-lhe o direito de acusá-la de usar uma estratégia de antecipação, ao formular propostas discrepantes para levar o executivo a votar contra. Porque, para si, trata-se de duas propostas diferentes e, perante a falta de fundamento legal para uma declaração imediata, nem se muniu de qualquer informação que o habilite a votar conscientemente a outra proposta.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o que o Sr. Vice-Presidente está a fazer não é saudável e isto denota a incompetência do PS e dos seus eleitos.-----

-----Submetida a proposta a votação foi a mesma reprovada com três votos contra, dos elementos do PS presentes e dois votos a favor, dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração:---

-----«Fiz esta proposta e votei a favor da mesma por considerar que a preservação da memória deste Concelho não se faz de intenções e de demagogia pré-eleitoral. A Memória deste Concelho e o seu valor patrimonial só poderá ser conservada para o futuro se se accionar de facto os instrumentos legais para que as intenções tenham efeito prático e concreto. A intenção expressa

no PDM de classificar o Centro Cívico de Almeirim não chegou, como a prática demonstrou, para conservar uma edificação que o PDM apontava de interesse por, justamente, falta de declaração de interesse municipal. E isto só aconteceu, por um lado, porque a maioria PS no executivo não teve vontade política para preservar essa memória e, por outro, a oposição, em particular a CDU, que na época defendia este património, não teve os instrumentos legais para se valer, para inviabilizar a destruição da dita edificação. Por isso, no dia sete de Fevereiro, dando sequência ao debate e proposta feita no dia anterior em reunião de Câmara, e atendendo ao pedido do Vice-Presidente para formular por escrito a mesma, enviei ao Sr. Presidente da Câmara a proposta hoje aqui posta à votação, no sentido de desencadear o processo atrás referido, processo esse que é fundamental a uma deliberação de classificação, que por seu lado só pode ocorrer depois dos trâmites processuais desencadeados ab initio. Considero a atitude dos Vereadores do PS durante esta reunião de Câmara, que por todos os meios tentaram protelar esta votação, demonstrativa, mais uma vez, que as intenções de conservação e preservação do património só servem para aparecer em actos públicos e documentos, em véspera de campanha eleitoral, mas quando chega à concretização, tudo fica adiado para as calendas gregas».

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que votou a favor da proposta por entender que ela pretende desencadear o procedimento que culminará com a declaração de interesse municipal e que a Câmara pode iniciar de imediato dar início ao processo respectivo, em ordem a precaver actos futuros e a sua própria posição, caso não venha a autorizar a construção no local, dado que dispõe, no PDM, da Carta Arqueológica que sustenta essa posição. Segundo o testemunho dos cidadãos de Paço dos Negros, há indícios para que a Câmara possa despoletar uma posição de análise de todos os procedimentos legais de que se possa socorrer, não prejudicando ou beneficiando o proprietário do prédio objecto de controvérsia e sem que esteja em causa a classificação imediata. Dado existirem indícios de movimentos de

terras sem autorização prévia da Câmara ou doutra entidade, esta situação deve ser comunicada ao IPPAR e ao IPA, já que a suposta remoção e aterro poderão ser matéria suficiente para que a Câmara Municipal possa impedir a construção de qualquer edificação, cujo pedido de licenciamento, até à presente data, o executivo desconhece. E vota a favor da proposta da CDU, dado que o Concelho de Almeirim tem pouco património histórico, por isso, é importante tomar as medidas necessárias, a título preventivo, para preservar a memória histórica do Concelho, representativa da nossa identidade para as gerações futuras; porque esta proposta iria possibilitar também que a Câmara pudesse averiguar o exercício do direito de preferência, bem como os donativos de particulares em terrenos. A posição do PSD é que, antes de tomar qualquer deliberação quanto ao interesse municipal, a Câmara deverá estar munida dos pareceres técnicos devidos, do ponto de vista legal e objectivo.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que fica a aguardar ser previamente informada pelos membros do executivo a tempo inteiro da atitude tomada pela Câmara para fazer cumprir a lei por parte do proprietário que procedeu ao aterro sem ter pedido licenciamento, no terreno confinante com o Pórtico, assim como de ser informada sobre a diligência que a Câmara fará sobre a mesma matéria junto do IPA.-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou que a Câmara Municipal de Almeirim tem mostrado na prática o mais profundo interesse na recuperação do conjunto do Paço Real dos Negros, não só através de intervenções já concluídas, como as recentemente programadas, nomeadamente a recuperação do Moinho, regularização do leito do ribeiro e cobertura da Capela. A posição dos Vereadores do PS na Câmara não tem rigorosamente nada a ver com o conteúdo das propostas, porque são duas no nosso entender, mas sim com a incongruência do conteúdo da proposta enviada a sete de Fevereiro, onde é solicitado o desencadear do processo de classificação do conjunto do Paço Real dos Negros e a proposta enviada a treze de Fevereiro onde é proposta a classificação de interesse municipal do conjunto do Paço Real dos Negros,



incluindo uma azenha e terrenos confinantes como de interesse municipal. Dado que do agendamento na Ordem de Trabalhos, no ponto cinco, consta o texto da proposta enviada em segundo lugar e que foi solicitado pela Sr<sup>a</sup> Vereadora que se votasse o conteúdo da primeira, que não foi minimamente discutido e documentado, em termos técnico-jurídicos, na preparação desta reunião, levou a que se votasse contra a proposta submetida a votação, fosse a sua versão qual fosse.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre subscreveu esta declaração de voto.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva declarou «Voto contra por não ter tido conhecimento antecipado do teor da proposta, tal como foi apresentada hoje».-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre apresentou o ofício das Escolas de Fazendas de Almeirim, solicitando a concessão de transporte escolar à aluna de currículo alternativo Alexandra Cardoso Serralheiro, entre Fazendas de Almeirim e a sede do Concelho.-----

-----A Câmara deliberou conceder.-----

-----Às dezoito horas e dez minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição